

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL****CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL**

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

DISTRITO FEDERAL**CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL****Contrato de Prestação de Serviços nº 001/2018 - CGDF, nos termos do Padrão nº 04/2002.****Processo nº 00480-00005185/2017-21****Cláusula Primeira – Das Partes**

O DISTRITO FEDERAL, por meio da CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL – CGDF, com sede no Ed. Anexo do Buriti, 13º, Praça do Buriti – Brasília – DF, inscrita no CNPJ sob o nº 08.944.148/0001-96, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato por Henrique Moraes Ziller, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 335.084 SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº 179.173.601-72 na qualidade de Controlador-Geral, com delegação de competência prevista nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal e a empresa PANACOPY COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS LTDA, doravante denominada CONTRATADA, com sede no SCLN 103, Bloco C, Subsolo – Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o nº 37.165.529/0001-75, representada neste ato por Raphael de Faria Silvestre, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 2.292.249 SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº 009.738.721-52, na qualidade de Sócio Administrador.

Cláusula Segunda – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 111/2017-SCG/SEPLAG, da Proposta e da Lei nº 8.666, de 21.06.93.

Cláusula Terceira – Do Objeto

O Contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviço de reprografia, com o fornecimento de máquinas copiadoras, mediante a contratação de locação de equipamentos novos, sem uso anterior (primeiro uso), em linha de produção do fabricante, em perfeitas condições de funcionamento, a serem instaladas nas dependências da Controladoria-Geral do Distrito Federal - CGDF,

incluindo a mão-de-obra de assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva e todos os suprimentos necessários à execução dos serviços, excetuando-se apenas o papel e a mão-de-obra para a operação dos equipamentos, conforme especificações e quantidades constantes do Termo de Referência integrante do Edital de Pregão Eletrônico nº 111/2017-SCG/SEPLAG e da Proposta, que passam a integrar o presente Termo, sem necessidade de transcrição.

Cláusula Quarta – Da Forma e Regime de Execução

O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada, segundo o disposto nos arts. 6º e 10º da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Quinta – Do Valor

5.1 – O valor total do Contrato é de 44.900,00 (quarenta e quatro mil e novecentos reais) devendo a importância ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente.

5.2 – Os Contratos celebrados com prazo de vigência superior a doze meses terão seus valores, anualmente, reajustados por índice adotado em lei, ou na falta de previsão específica, pelo IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016.

Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária

6.1 – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 45101

II – Programa de Trabalho: 04 122 600 385 178 681

III – Natureza da Despesa: 33 90 39

IV – Fonte de Recursos: 100

6.2 – O empenho inicial é de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), conforme Nota de Empenho nº 2018NE00007, emitida em 08/01/2018, sob o evento nº 400091, na modalidade Estimativo.

Cláusula Sétima – Do Pagamento

O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, em parcela(s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias, contados a partir de sua apresentação, devidamente atestada pelo executor do contrato.

Cláusula Oitava – Do Prazo de Vigência

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, permitida sua prorrogação por períodos iguais e sucessivos até o limite de 48 (quarenta e oito) meses.

Cláusula Nona – Das Garantias

Com base no que dispõe o art. 56 da Lei nº 8.666/93, a garantia será de 2% (dois por cento) do valor total do contrato, podendo a CONTRATADA optar por uma das modalidades previstas no mesmo dispositivo legal.

Cláusula Décima – Da Responsabilidade do Distrito Federal

O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

Cláusula Décima Primeira – Das Obrigações da Contratante

11.1 - Fiscalizar o cumprimento das obrigações, no que se refere à execução do contrato, através de servidor especialmente designado para este fim;

11.2 - Ceder espaço físico adequado e dotado de toda a infraestrutura necessária para instalação dos equipamentos;

11.3 - Permitir livre acesso dos empregados da Contratada para a execução dos serviços de manutenção;

11.4 - Notificar a Contratada de qualquer irregularidade encontrada no decorrer da execução do contrato;

11.5 - Arcar com as despesas do fornecimento de papel e mão-de-obra para operação dos equipamentos;

11.6 - Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com as normas orçamentárias, financeiras e contábeis do Distrito Federal;

11.7 - Proceder ao recebimento definitivo dos equipamentos em no máximo 5 (cinco) dias, após a instalação.

Cláusula Décima Segunda – Das Obrigações da Contratada

12.1 – A CONTRATADA fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal:

I – até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;

II – comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

12.2 – Constitui obrigação da CONTRATADA o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço;

12.3 – A CONTRATADA responderá pelos danos causados por seus agentes;

12.4 – A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.5 - Instalar, por sua exclusiva conta e responsabilidade, equipamento novo, de primeiro uso, em linha de produção do fabricante (não sendo equipamento remanufaturado, recondicionado ou reciclado) e mantê-los em perfeitas condições de funcionamento e produtividade, durante toda a vigência do contrato;

12.6 - Responder por todos os vícios e defeitos dos equipamentos;

12.7 - Fazer de forma contínua a manutenção técnica, mecânica e operacional dos equipamentos instalados, de modo a mantê-los em permanente, plena e eficaz capacidade produtiva, através de pessoal próprio e sem quaisquer ônus, encargos ou responsabilidade para a Contratante, devendo os respectivos serviços serem executados por sua conta e responsabilidade, durante o horário de expediente normal do órgão, a saber, das 8h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h00;

12.8 - Assumir todas as despesas e gastos que se fizeram necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes do contrato, tais como: ferramentas, transporte, peças, lâmpadas, suprimentos (toner,

revelador, cilindro e grampo), partes e acessórios, exceto papel e mão-de-obra para a operação dos equipamentos;

12.9 – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, por qualquer forma, as obrigações assumidas oriundas do contrato, nem subcontratar, salvo se prévia e expressamente autorizada pela Contratante.

12.10 - Proceder a leitura da máquina copiadora, mensalmente, tomando como data-base, o início da prestação do serviço, fazendo as devidas compensações. Os cartões de leitura deverão conter a identificação do equipamento, o número de série, os números inicial e final dos medidores e o mês de referência, sendo que os mesmos cartões não poderão conter rasuras, devendo ser assinados sobre carimbos identificadores dos representantes da Contratada e da Contratante;

12.11 - Instalar os equipamentos em, no máximo, 15 (quinze) dias corridos, a contar da assinatura do instrumento contratual, em conformidade com os locais indicados pela Contratante;

12.12 - Atender as solicitações para reinstalação do(s) equipamento(s) decorrente de sua transferência de local no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, admitindo-se prorrogação, por igual período, mediante prévia e expressa justificativa da Contratada e autorização da Contratante. No caso de mudança dos locais de instalação, todas as despesas de desinstalação, transporte, frete e reinstalação serão por conta da Contratada;

12.13 - Atender a solicitação de manutenção corretiva dos equipamentos em até 2 (duas) horas, a partir da solicitação da Contratante, e concluir os trabalhos e reparo em no máximo 4 (quatro) horas;

12.14 - Proceder a substituição de equipamento pendente de assistência técnica, por outro em perfeito funcionamento, após 3 (três) dias úteis de paralisação, sem ônus para a Contratante;

12.15 - Responsabilizar-se civil e criminalmente, por todo e qualquer dano que cause à Administração, a preposto seu ou a terceiros, por ação ou omissão, em decorrência da execução do contrato, objeto deste Anexo, não cabendo à Administração, em hipótese alguma, responsabilidade por danos diretos, indiretos ou lucros cessantes decorrentes;

12.16 - Manter as máquinas em perfeito estado de funcionamento, mediante correção de defeitos e verificações técnicas necessárias, efetuando limpeza, reparos e lubrificações, bem como o fornecimento de peças de reposição e suprimentos, quando necessário;

12.17 - Retirar, quando necessária, a máquina copiadora para recondição-la em sua oficina, para mantê-la em bom estado de funcionamento, processando a devida substituição na ocasião;

12.18 - Arcar com as despesas de fornecimento de suprimentos (toner, revelador, cilindro, grampo), exceto papel, durante toda a vigência do contrato;

12.19 - Oferecer treinamento técnico operacional aos operadores dos equipamentos, inclusive com expedição de Certificado;

12.20 - Oferecer crédito das cópias efetuadas pelo técnico da empresa, quando da realização das manutenções preventivas e/ou corretivas;

12.21 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habitação e qualificação exigidas no ato convocatório e quando da assinatura do contrato;

12.22 - Comprovar, mensalmente, o efetivo recolhimento dos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento dos empregados conforme Decisão nº 5069/2004, processo TCDF n.º 1619/2003, prolatada na

Sessão Ordinária nº 3880, de 09/11/2004, publicada no DODF nº 220, de 19/11/2004 item VI;

12.23 - Responder em relação aos empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços tais como: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vales-transportes, vales-refeições e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo, não respondendo a Contratante passivamente e nem solidariamente;

12.24 - As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão efetuados exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto, deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto nº 32.767/2011;

12.25 - As Empresas de outros Estados que não tenham filiais ou representação no Distrito Federal poderão indicar conta corrente de outro banco, conforme Decreto nº 32.767/2011.

12.26 – Tipos de Manutenção:

12.26.1– A contratada compromete-se a prestar assistência técnica permanente durante o prazo do contrato sem ônus para a contratante, com a finalidade de promover as seguintes manutenções:

- a. Manutenção preventiva é a que tem por finalidade executar qualquer serviço que envolva limpeza, regulagem, ajuste, teste e revisão que visem evitar a ocorrência de quebras ou defeitos, bem como garantir o funcionamento dos equipamentos dentro das condições operacionais especificadas pelo fabricante. Seu gerenciamento será feito pela contratada, em conjunto com o executor do contrato,
- b. Manutenção corretiva é a que tem por finalidade corrigir os defeitos, mediante reparos e substituição de componentes (peças e/ou acessórios), desgastados decorrentes do seu uso normal, bem como os procedimentos de testes e regulagens necessários;
- c. A manutenção preventiva será efetivada pela contratada, de segunda a sexta-feira, no horário de 8h00 as 12h00 e 14h00 às 18h00, expediente da contratante, de acordo com o cronograma a ser elaborado entre o executor do contrato e a contratada;
- d. O atendimento para a realização corretiva será efetuado durante o horário previsto no subitem anterior, dentro do prazo máximo de 2 (duas) horas, contadas a partir do chamada técnica, sendo o prazo de regularização de, no máximo, 4 (quatro) horas;
- e. Será solicitada chamada técnica para execução de manutenção corretiva sempre que as cópias reproduzidas não apresentarem qualidade satisfatória.

Cláusula Décima Terceira – Da Alteração Contratual

13.1 – Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

13.2 – A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

Cláusula Décima Quarta – Das Penalidades

14.1. O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral, bem como investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras e serviços.

14.2. As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas à sanções em conformidade com o Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pág. 05/07 e posteriores alterações.

Cláusula Décima Quinta - Da Rescisão

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Cláusula Décima Sexta – Dos Débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

Cláusula Décima Sétima – Do Executor

O Distrito Federal, por meio da Contratante, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal.

Cláusula Décima Oitava – Do Cumprimento ao Decreto Distrital nº 34.031/2012

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, pelo telefone 0800.6449060 (Decreto nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012). (Parecer nº 330/2014-PROCAD/PGDF).

Cláusula Décima Nona - Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês subsequente de sua assinatura, após o que deverá ser providenciado o registro pela Controladoria-Geral do Distrito Federal.

Cláusula Vigésima – Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Termo lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes.

Henrique Moraes Ziller

Controlador-Geral do Distrito Federal

Raphael de Faria Silvestre

Sócio Administrador



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE MORAES ZILLER - Matr.0269128-0, Secretário(a) de Estado Controlador(a)-Geral do Distrito Federal**, em 10/01/2018, às 16:04, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **raphael de faria silvestre, Usuário Externo**, em 15/01/2018, às 10:40, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 verificador= **4458381** código CRC= **EDB3C880**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti - anexo do Palácio do Buriti, 13º andar. - Bairro Zona Cívico Administrativa - CEP 70075-900 - DF

00480-00005185/2017-21

Doc. SEI/GDF 4458381